

UM RIO DE MEMÓRIAS: O *MODUS VIVENDI* DOS BERADEROS SANFRANCISCANOS ANTES DA REPRESA DE SOBRADINHO (BAHIA)

Ely Souza Estrela*

RESUMO: A Represa de Sobradinho, localizada no curso do Sub-Médio do Rio São Francisco, construída em princípios de 1970, atingiu uma população estimada em 72 mil pessoas, submergindo inúmeros povoados e quatro sedes municipais: Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso e Casa Nova. Este artigo tem como foco analisar o *modus vivendi* do beradero sanfranciscano antes da construção da referida Barragem, evidenciando que, além de propiciar a estes agentes sociais meios de vida, o Rio São Francisco era a sua principal referência espacial, temporal e cultural.

PALAVRAS-CHAVE: Rio São Francisco. Beradero. *Modus vivendi*.

ABSTRACT: The Sobradinho reservoir, located in the Sub-Middle São Francisco river, built in the early 1970s, reached an estimated population of 72 thousand people, submerged many villages and four municipal seats: Pilão Arcado, Sento Sé, Remanso e Casa Nova. This article focuses on analyzing the *modus vivendi* of beradero sanfranciscano before the construction of the reservoir, indicating that, in addition to providing this population means of life, the São Francisco river was for them the main reference spatial, temporal and cultural.

KEYWORDS: São Francisco River. Beradero. *Modus vivendi*.

* Doutora em História Social – PUC/SP. Professora Adjunta da Universidade do Estado da Bahia – Departamento de Ciências Humanas – Campus V.

A Represa de Sobradinho localizada na porção baiana do Médio São Francisco começou a ser construída em princípios de 1970. No período, o Brasil vivia sob a égide da ditadura militar implantada em 1964. Na Presidência da República encontrava-se o General Emílio Garrastasi Médici, um dos mais autoritários presidentes do chamado ciclo militar. Em termos econômicos, o Brasil passava pela fase denominada de internacionalização da economia e a construção da gigantesca obra estava em total consonância com os planos elaborados pelo governo militar de criar obras de infra-estrutura, voltadas para a viabilização do projeto “Brasil grande potência”.

A formação do lago de Sobradinho provocou a submersão de enorme faixa de terra propícia à agricultura, submergiu 26 povoados e quatro sedes municipais – antigas vilas tradicionais – como Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso e atingindo, aproximadamente 72 mil pessoas. Para alocar os habitantes da zona rural dos municípios submersos, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf), em convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), implementou o Projeto Especial de Colonização de Bom Jesus da Lapa, logo depois denominado Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho.

Aproximadamente 4 mil famílias viviam nas zonas rurais das áreas a serem submersas. Os camponeses atingidos, em sua maioria, eram posseiros-foreiros, que exerciam atividades subsidiárias como a pesca, a criação e o pequeno comércio. Muitos eram agregados. De modo geral, estes camponeses eram (e são) denominados de *beraderos*. O termo *beradero* designava (e designa) todo indivíduo que tirava do rio, diretamente ou indiretamente, o seu sustento. O *beradero* expressava um modo de *fazer* e de *saber* bastante peculiar e inconfundível. Em muitos aspectos diferenciava-se do ribeirinho e muito mais do caatingueiro.

Para o *beradero sanfranciscano*, o rio tinha importância fundamental, pois, além de possibilitar todo seu sistema produtivo, era seu principal meio de transporte. Em termos simbólicos, o rio representava para o *beradero* seu principal esquema de “percepção cultural” e sua principal referência espacial.

Depreende-se das memórias dos *beraderos* que seu *modus vivendi* estava referenciado não só num *fazer*, mas, sobretudo, num *saber fazer* e num *sentir* muito específico, evidenciadores da intrínseca relação entre cultura e natureza. Ele compreende um conjunto de práticas, de valores, de relações sócio-econômicas e culturais, bem como sensações e percepções, colocadas no plano da busca da satisfação das necessidades imediatas e das relações de sociabilidade.

As memórias dos *beraderos* aqui exploradas foram coletadas através da história oral. A escolha desse recurso não se deu por causa da escassez de fontes, nem tampouco por acreditar no ineditismo das informações colhidas, como ressalta Verena Alberti, mas porque a natureza das problemáticas levantadas assim o exige. Além do mais, não se pode desconsiderar que o grupo social, digamos assim, em apreço são tributários de uma cultura tradicionalmente marcada pela oralidade (BRITO, 1999, p. 20; SANTANA, 1997, 40), o que merece ser evidenciado e divulgado.

Em relação ao *modo de vida beradero* existem duas visões bastantes contrastivas e, ao mesmo tempo, exemplares, enquanto evidenciadoras dos descompassos e das dissonâncias verificadas entre os sujeitos sociais das comunidades ditas tradicionais e “atrasadas” e os dos “adiantados” citadinos. De um lado, temos a visão de especialistas e de técnicos, e, de outro, dos próprios *beraderos*.

Na concepção dos primeiros, a *vida beradera* era marcada pela carência e pelo isolamento. As narrativas dos *beraderos* colocam-se em outra perspectiva, ressaltando aspectos que técnicos e especialistas negligenciam (apontando mais uma vez para o descompasso cultural): a natureza dadivosa do rio que tudo lhes oferece em abundância. Quando enaltecem a vida nas *beradas* sanfranciscanas, na verdade, é como se dissessem de si e para si: “não me importo se, do ponto de vista capitalista, recorro às práticas atrasadas de produção? O relevante é que gozo de autonomia e retiro dela tudo que preciso para a reprodução de minha sobrevivência”.

A vida nos antigos povoados *beraderos* é rememorada pela

maioria dos entrevistados, que vivenciou a experiência do deslocamento compulsório da área de Sobradinho — como a desmentir as desairosas afirmativas de Wilson Lins —, com enorme saudosismo. Tudo o que diz respeito à experiência nas *barrancas* sanfranciscanas é supervalorizada e “cantada em prosa e verso”.¹

Dentre os pontos que se afirmam com superioridade, destacam-se a disponibilidade de recursos naturais — “livre acesso” à terra e à água — e a abundância de víveres.

No que tange à especificidade da estrutura fundiária do Médio São Francisco, ela pode ser sintetizada na assertiva de Antônio Guerreiro de Freitas: “apesar de *livre*”, o “sertão tinha dono” (1999, p. 61). Recorro aos *beraderos* para esclarecer a aparente contradição.

Antero (Igarapé, Remanso) – Isso aqui era um chão livre, um chãozão livre e aí, você podia andar aí, deitá aí e na hora que você bem pensasse, livrando de uma cobra e de uma raposa, não tinha indivíduo que lhe mexesse. Depois dessa tal Chesf, ficô diferente. Isso aqui era terra demarcada que num tinha marcação, não era marcada, não. Era marcada, mas da Fazenda remanso podia se entra até pra tira um pau e hoje em dia você não vai tirá à força. Vá lá tira um pau lá nas terras do Sr. Fulano, tirá um pau!² (SIQUEIRA, 1992, p.151-152).

Da narrativa do *beradero* depreende-se que no espaço sanfranciscano a terra só era considerada propriedade de alguém quando “apossada”, ou seja, quando demarcada e explorada economicamente, em geral, por intermédio de agregados. Do contrário, era “Um chãozão livre” onde se podia “deitar e rolar”. Essa

¹ A propósito da supervalorização da vida no espaço *beradero*, diz Ruben de Siqueira: “Percebe-se uma tendência ao exagero da qualidade do antigo modo de vida, para sublinhar o contraste com a atual, superestimar a perda com a barragem e incriminar os responsáveis”. SIQUEIRA, Ruben: O que as águas não cobriram, 1992, p. 149.

² Nome fictício. Entrevista concedida à autora. Serra do Ramalho, Bahia.

percepção era mais apropriada em relação às áreas de *catingas*. Em geral, vista negativamente, a *catinga* era considerada livre e, portanto, acessível a todos aqueles que quisessem dela tirar algum proveito (fazer uma roça temporária, tirar madeira, colher o mel, etc).

Avelina³ — Na catinga era da gente (com orgulho).

Ely — Na catinga era da família?

Sr. João Evangelista⁴ — Não. O negócio lá era a grané⁵

D. Avelina — Na catinga... era livre.

Sr. João Evangelista — Era o seguinte: na catinga, o sujeito fazia uma roça aqui, achava que as terras já tinha fracassado. Falava eu vou fazer roça em tal lugar. Ele fazia uma roça lá e ficava aquilo mermo. Fazia onde queria... nas terras da catinga era a grané.

D. Avelina — Era onde queria....era da gente.

A percepção de que a terra da *catinga* não tinha dono e que seu uso era garantido a qualquer um, ou seja, à “grané”, parece consensual em todo lado baiano do vale do Médio São Francisco. No povoado de Bonfim — um dos Distritos dos Brejos da Barra — , enquanto conversava com uma senhora de idade, exatamente sobre a posse de seu espaço de cultivo, ouvi, em resposta a minha pergunta sobre de quem era a área situada distante dali aproximadamente uns quinhentos metros, o seguinte: “A catinga não tem dono”⁶. Essa área que ela reconhecia não ter “dono”, em contraposição à área de brejo — que fazia questão de dizer que tinha “dono” — ficava, segundo afirmara anteriormente, dentro dos limites da propriedade dos Mariani, tradicional família de Barra

³ Nome fictício. Entrevista concedida à autora. Serra do Ramalho, Bahia.

⁴ No contexto, a palavra quer dizer que a área era de livre acesso.

⁵ Conversa informal mantida entre a autora e D. Periquita, 14/7/2000, distrito de Bonfim, Barra.

⁶ Em nenhum momento durante as entrevistas essa denominação foi citada; uso aqui tomando-a de empréstimo de inúmeros estudiosos do campesinato nordestino.

(Bahia). Embora situada nos limites da suposta propriedade de um membro de conhecida família sanfranciscana, a área de *cattinga*, porque não explorada, ou seja, não “apossada” de fato, “não tinha dono”, sendo tida e havida como “terra de ninguém”, servindo apenas como área de reserva de lenha e de caça, acessível, portanto, a todos os brejeiros.

A percepção generalizada de que a *cattinga* era “livre e desimpedida” fundava-se (ou funda-se, como no caso de Barra), entre outros fatores, na imensidão das fazendas — impossibilitando aos proprietários o seu controle —, bem como pelas mediações estabelecidas dentro do quadro de relações clientelísticas e de compadrio, vigentes em todo Médio São Francisco.

Voltemos à narrativa de Antero: “Era marcada, mas da Fazenda remanso (sic) podia se entrar até pra tira um pau”. A narrativa é clara: a Fazenda Remanso tinha “dono” e era demarcada, mas os *beraderos* tinham acesso aos seus recursos, inclusive, a madeira, de uso, em geral, controlado pelos fazendeiros.

Mas a liberalidade patronal tinha limites. Quando os recursos naturais se prestavam à exportação — caso da carnaúba — ou eram utilizadas como bem de valor de troca — caso das lagoas extremamente piscosas ou das minas de sal —, a mão de ferro do fazendeiro se fazia sentir.

Essas terra aqui até o extremo com Pilão Arcado *tudo era do Pombo Castelo*. [...] *E era ele quem fazia a colheita da palha todinha aí, e apurava a cera, a cera tinha grande utilidade, fazia disco, essas coisa, a cera de carnaúba. Tudo era dele, todo lugar aí. Se o cara cortasse uma palha escondido, um molho de palha, ele mandava mete na cadeia, na hora. Quando tinha uma pessoa morando em qualquer lugar, aqui ou em qualquer parte aí, se ele quisesse botá o cara pra fora de lá dessa fazenda, ele botava.* Era ele quem mandava, na cidade, aqui nessa terra. *E achava que ele podia, era o representante, achava que era o dono* [grifos do autor]. Aqui era ele e o finado Zé Brabo...Aqui não tinha nada com Zé Brabo, Zé Brabo era mais pra baixo. Zé Brabo tomava terreno do mundo inteiro. (SIQUEIRA, 1992, p. 174).

Nesses casos, os fazendeiros exploravam diretamente ou através de capatazes ou administradores os recursos naturais, em geral, lançando mão do trabalho assalariado, ou do “cambão”⁷ — caso dos agregados — e da meação.

Não obstante os exageros em relação à liberalidade do fazendeiro e ou do “coronel”, bem como o “esquecimento” quanto às relações de agregacia — analisadas mais adiante —, a percepção dos *beraderos* quanto à “liberdade de acesso à terra” tinha certa razão de ser. Afinal, as terras submersas pelo Lago de Sobradinho eram em sua maioria devolutas e mesmo as propriedades tituladas, em geral, não eram cercadas na sua totalidade. Mas, convém ponderar que essa acessibilidade à terra de que tanto se gabam foreiros, posseiros ou agregados se situava muito mais no nível das relações clientelísticas do que propriamente numa acessibilidade irrestrita, dito de outro modo, ela era sempre medida pela ação dos grandes fazendeiros e “coronéis”, sendo maior ou menor, em decorrência dos laços estabelecidos com a elite política local. Geralmente, os fazendeiros franqueavam aos seus clientes acesso livre às suas propriedades e aos recursos naturais nelas existentes, desde que estes fossem limitados ao uso pessoal, proibindo-se sua exploração comercial. A prática, não custa reiterar, visava estreitar laços políticos e relações de reciprocidades.

Nesse sentido, a acessibilidade à terra no Vale do São Francisco só era franqueada dentro de um quadro de relações que não punha em questão a estrutura fundiária da região, mais que isso, ela reforçava as relações de poder e de mando dos latifundiários. Nessa perspectiva, o questionamento à estrutura fundiária, digamos assim, partia, em geral, de quadros pertencentes aos próprios fazendeiros ou lideranças emergentes (disputas por causa das “estremas” e de prestígio político, entre outros). As disputas ocorridas em Pilão Arcado envolvendo o coronel Franklin Lins de Albuquerque e os Correia e pouco mais tarde entre o primeiro e

⁷ Nome fictício. Entrevista concedida à autora. Serra do Ramalho, Bahia.

Leobas França Antunes, são exemplares em relação a isso (LINS, 1983, p. 69-75).

Em entrevista marcada pela valorização da vida “livre e farta” nas barrancas sanfranciscanas, em comparação ao *inferno* da vida *cativa* das agrovilas de Serra do Ramalho, Alvarina enumera as felicidades do *beradero*. Para ela, essas eram em número de três. Era três...a gente tinha três felicidade”. Instada a explicar em que consistia essas três felicidades, ela diz: “a gente tinha três modo de cultivo. Cultivava nas ilhas, nos lameiros e na caatinga. Quando acabava uma, tinha outra. Nunca faltava comida. Fatura era muita”.⁸

Para explicitar com um pouco mais de detalhes o que consistia as três formas de exploração das *beradas* sanfranciscanas, reporto-me aqui as palavras do senhor João Paulo, entrevistado por Rubem de Siqueira: “Tinha, não faltava trabalho, dois na seca e um, um depois do outro... E tinha o que comê o ano todo, que se comê o ano todo. Assunte bem, no que acabava a vazante, trabalho de ilha, depois que o rio vinha, já tinha o da outra.” (1992, p. 130-131).

Da narrativa de João Paulo depreende-se que, além das atividades agrícolas praticadas nos espaços de produção, compreendendo os lameiros e a caatinga, a pesca era atividade importante, formando um dos tripés que compunham os “movimentos de trabalho” ou as “felicidades” do *beradero* do “Velho Chico”.

⁸ Sobre a “negatividade” da caatinga afirma a antropóloga Martins-Costa: “Apesar de tudo o que a caatinga podia oferecer na época do verde, a caatinga era imaginada negativamente, como desconhecida, perigosa, por conta da infertilidade dos solos, da escassez de água, da fome, da falta de caminhos, da perda. “Signo maior da negatividade da caatinga: o “lugar dos mortos”, era lá que estavam os cemitérios. Na verdade, mais do que negar a caatinga, estava se afirmando o “princípio da beira”, que organizava todo o espaço regional, pelo qual se devia buscar o mais possível estar próximo do rio, mais a salvo de suas enchentes [grifos do autor]. Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho. MARTINS COSTA, Ana Luiza B. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional, UFRJ, RJ 1989, p. 59.

Além dos espaços de cultivo acima apontados e da atividade pesqueira, pode-se afirmar que, a condição de vida *beradera* estava assentada também na “cultura do catado” e na pecuária extensiva — atividade econômica das mais importantes de toda a zona de *caatinga* — e responsável, convém não negligenciar, pela penetração do vale sanfranciscano nos primórdios da colonização do Brasil.

O *beradero* sanfranciscano, como veremos adiante, não se encontrava totalmente apartado do mercado, mas, à falta de melhor termo, praticava relações de trocas que guardavam um sentido muito próximo à concepção de “economia moral”. Explicitando melhor, recorro às palavras de Thompson: “[...] em seu significado original (economia moral) como a organização adequada de uma família, em que cada parte está relacionada ao todo e cada membro reconhece as suas várias obrigações e deveres” (1998, p. 212), isto é, uma economia com baixa monetarização, baseada no forte sentido de comunitarismo, na justeza das relações de trocas e marcada pelo sentido de reciprocidade.

Abusando um pouco da metáfora do Frei Vicente do Salvador, este ser social era (e é) o resultado do *caranguejar* dos primórdios de nossa colonização, uma vez que todo seu *modus vivendi* se pautava na relação simbiótica e, muitas vezes, harmônica com o rio. Essa relação era a base das “felicidades” às quais fazem referências os inúmeros *beraderos* entrevistados. Convém a partir daqui deslindar em que consistia o *caranguejar* no vale do São Francisco.

Basicamente, o *homem-caranguejo*, ou seja, o *beradero* vivia e reproduzia sua condição em dois espaços opostos e complementares entre si (como chama atenção Martins-Costa), a saber: os *lameiros* e a *caatinga*. Eram nesses dois espaços do vivido que toda a condição de vida *beradera* se organizava e eram em ambos espaços que homens e mulheres tiravam sua sobrevivência. Não custa reiterar: os *lameiros* eram constituídos das faixas de *vazantes*, das ilhas, *ilhotas* e *croas* — todos fertilizados pelo *remonte*, húmus trazido com o aluvião, resultado da erosão das margens do rio e de seus afluentes, durante as cheias anuais.

Infelizmente, não tive acesso aos dados relacionados ao enquadramento dos *beraderos* no que tange às formas de apropriação da terra, no entanto, encontrei entre os entrevistados todas as categorias comumente presentes nas *beradas* sanfranciscanas, a saber: posseiros, foreiros, arrendatários e inúmeros agregados (com uma exceção, todos da Fazenda de Fora, da família Mariani). Todos foram unânimes em afirmar o uso dos espaços de trabalho e cultivo em obediência ao ciclo natural das “águas”, ou seja, cultivavam no *sequeiro* e na *vazante* e muitos combinavam as duas atividades com a pesca, conforme veremos a seguir. Com exceção dos remeiros e barqueiros — trabalhadores assalariados altamente especializados, para os padrões locais —, os *beraderos*, como meio de garantir a sobrevivência, associavam à prática agrícola outras atividades.

Num curto espaço chuvoso — “tempo das águas” — os *beraderos* voltavam-se para as *caatingas*. “Estas recebem vegetação peculiar e estão situadas entre as áreas de vazantes (as planícies) e os planaltos e as serras, de outro” (RÊGO, 1945, p. 37).

Nas *caatingas*, o *beradero* pratica a agricultura de *sequeiro*, ou seja, a agricultura dependente das chuvas e é naquele espaço — em geral de acesso livre no imaginário *beradero*, como visto pouco acima — que ele criava o pequeno rebanho, compreendendo o gado bovino e as “miunças”: caprinos, ovinos, suínos e galináceos de todas as espécies. Os poucos “criadores fortes” (WOORTMANN, 1992, p. 156) das localidades *beraderas*, além de possuírem maior números de reses, tinham na “propriedade”, um rústico curral — símbolo, e talvez o único fator de diferenciação entre eles e os demais criadores “fracos”. Os agricultores “fortes”, além da casa de farinha, possuíam uma rústica engenhoca, “oficina”, carros de bois, carroças e pequenas embarcações.

A rigor, a *caatinga* do *beradero* compreendia uma faixa de transição entre a várzea e a *caatinga bruta*, localizada no interior do sertão, portanto, distante do rio algumas poucas léguas. Ela era vista negativamente pelo *beradero*, como assinala Martins-Costa, sendo adentrada somente por pessoas especializadas —

os vaqueiros, por exemplo — ou em tempos de “enchentes altas”, quando para lá se dirigiam os atingidos.⁹

Nas *caatingas*, além da pecuária extensiva, conforme assinalado, o *beradero* cultivava várias espécies temporárias ou semi-permanentes. As lavouras cultivadas em ordem de importância eram: a mandioca, o milho o “feijão de corda”, a batata-doce, a abóbora, a cana-de-açúcar, etc. Esta última, de acordo com Zarur, era o mais importante produto agrícola do Vale, constituindo-se em fonte de alimentos básicos na região (1947, p. 56). A cana-de-açúcar era responsável pela montagem de uma indústria artesanal de base bastante rudimentar (as engenhocas), especializada na fabricação da rapadura, do melado e da aguardente.

Algumas faixas da *catanga* se prestavam para a agricultura comercial e era lá que se cultivavam pequenos *roçados* de mamona e do algodão arbóreo (uma das mais tradicionais atividades agrícolas de todo o semi-árido). Além da venda do peixe fresco e da cebola, era por intermédio desses dois últimos produtos comerciais, que o *beradero*, propriamente dito, se ligava “tenuamente” ao mercado exterior, usando expressão de Paulo Sandroni.

Quando o rio *vazava*, por volta de abril/maio, inaugurava-se um novo ciclo de trabalho e de vida. Os *beraderos* acorriam aos *lameiros* e naqueles espaços cultivam todo tipo de alimentos, predominando a mandioca, o milho e o “feijão de arranca”, arroz, hortaliças, leguminosas e a cebola. Às vezes, cultivavam também o capim para o gado e para a reduzida alimária.

Atestam os entrevistados que o cultivo nos *lameiros* era atividade bastante fácil em comparação com o de sequeiro. Na concepção do *beradero*, o rio além de propiciar a terra molhada e fértil, era um companheiro de trabalho à medida que ajudava no plantio e na colheita, restando-lhe pouco a fazer. Ainda assim, todas as atividades eram feitas com a participação de membros da família nuclear e extensa e o *beradero* muitas vezes recorria ao adjutório, como salienta Siqueira pouco adiante.

⁹ D. Conceição (nome fictício). Entrevista concedida à autora. Casa Nova, Bahia.

Aos primeiros sinais do início do “tempo das águas”, começavam as atividades da “ranca da mandioca” de vazante, com “ajuda das águas” (SIQUEIRA, 1992, p.123). A fabricação da farinha de mandioca se dava nas “oficinas” ou nas “casas de farinhas”, localizadas nos quintais das “casas de morada” de algum “agricultor forte”.

Em seguida, o proprietário da farinha pagava em espécie o aluguel da “oficina” ou a ajuda na “desmancha” a parentes e vizinhos.

A farinha tinha importância fundamental no cardápio do *beradero*. O produto nunca faltava na barrica de sua dispensa.

“O objetivo principal da ‘roça de vazante’ era garantir a subsistência familiar, o excedente sendo comercializado nas ‘feiras’ e nos mercados das cidades mais próximas, o chamado ‘comércio’ (SIGAUD, 1987, p. 25). Nestes termos, Sigaud desautoriza tanto a Chesf como a Codevasf quando ambas as empresas acusam os *beraderos* de praticarem unicamente uma agricultura de subsistência, sem fins comerciais. Atestam os vários pesquisadores da temática que muitas cidades da região, durante os períodos de estiagem, dependiam da produção dos “lameiros” (ZARUR, 1947, p. 27-52; SANDRONI, 1982). E como chama atenção Rubem de Siqueira, a qualidade de vida dos *beraderos* dependia, em parte, do sucesso da produção alcançada nos *lameiros*.

Tanto nos *lameiros* como nas *caatingas*, cultivavam-se árvores frutíferas de variadas espécies, tais como: manga, pinha, araçá, banana, jenipapo, laranja, etc. Em ambos ecossistemas, digamos assim, haviam inúmeras espécies nativas à disposição de todos quantos quisessem coletá-las. Contudo, as mais apreciadas e acessíveis eram as espécies da vazante. “A saudade que a gente sente até hoje das frutas que existiam nas vazantes, que a gente pegava cestos e mais cestos: crioli, do oiti, do mairi, do ticum, dentre outras. Tudo era fruta típica da região”.¹⁰

Com a formação do lago e a extinção imediata das vazantes,

¹⁰ Entrevista concedida à autora. Casa Nova, Bahia.

essas espécies desapareceram e as gerações mais jovens sequer conheceram os sabores e odores das frutas citadas. Daí o tom saudosista da narrativa da senhora Conceição.

Entre os meses de junho e julho colhiam (das vazantes) as primeiras safras das culturas de ciclo curto, voltando-se, em seguida, para a atividade pesqueira praticada nas inúmeras lagoas piscosas, localizadas nas *beradas* do rio, conforme veremos a seguir. Dependendo da piscosidade das lagoas, a prática pesqueira poderia se estender até meados de setembro/outubro, quando os *beraderos* se voltavam para o preparo das áreas de *sequeiro*, à espera das primeiras chuvas que ensejavam o plantio das culturas típicas da caatinga. Quando as chuvas caíam em meados de novembro completava-se o ciclo que compunha as felicidades ligadas às atividades de subsistência nas *beradas* sanfraciscanas.

Atividade complementar para alguns, a pesca era “decisiva em termos de sustento familiar dos mais pobres” (SIQUEIRA, 1992, p.127). Pescava-se no rio durante as cheias e nas lagoas durante a seca. Estas últimas, em várias localidades do Vale, eram chamadas de “mãe da pobreza”, tal o papel desempenhado no sustento de inúmeros sanfraciscanos.

As “botada de rede” são rememoradas pelos atingidos pela Represa de Sobradinho com entusiasmo e enorme saudosismo. Martins-Costa no seu instigante trabalho *Uma retirada insólita* descreve com riquezas de detalhes as pescarias nas lagoas do Saco e do Sem-Sem, em Itapera (ambas sob o domínio da Prefeitura Municipal de Sento Sé). Aqui, vou me deter nas “botada de rede” das lagoas da Fazenda de Fora, no município de Casa Nova, localizada nas “extremas” com Remanso, recorrendo às descrições da antropóloga Martins-Costa em alguns aspectos específicos.

De acordo com o senhor Manolo,¹¹ a Fazenda de Fora “era muito bem feita, ficava num tabuleiro alto e tinha um bangalô muito bonito” e dotada de inúmeros recursos, encontrando-se no seu

¹¹ Idem.

interior os principais ecossistemas imprescindíveis à vida do sertanejo sanfranciscano, quais sejam: áreas de vazantes, as lagoas e a *caatinga*, bem como a *caatinga bruta*.

A divisão sexual e social do trabalho durante “a botada de rede” era bastante pronunciada e acontecia mesmo antes das pescarias. Um dos principais instrumentos de trabalho dos pescadores, as redes, eram fabricadas (trançadas) artesanalmente da fibra de caroá, trabalho feito, geralmente, pelos homens. Segundo Manolo, parte da população do povoado de Aldeia, localizado em Sento Sé, era especializada na fabricação da rede de caroá.

Ainda em relação à divisão do trabalho, outro aspecto convém ser salientado. Como era habitual o deslocamento dos pescadores e de seus familiares para as margens das lagoas, era necessário o preparo das rancharias. “Todo mundo fazia sua rancharia. À noite, na *berada* da lagoa a gente via em toda rancharia uma fogueira. Era muito bonito!”¹²

Durante o preparo do local das rancharias, cabia aos homens limpar as *beras* das lagoas e fazer as “casas” improvisadas com palhas de carnaúba; às mulheres cabia trazer das casas de morada as “tralhas” necessárias à sobrevivência durante “a botada da rede”. Tendo em vista as narrativas dos entrevistados que viveram a experiência das “botadas de rede”, as rancharias da Lagoa de Fora (Casa Nova) eram semelhantes às da Lagoa do Sem-Sem e de Saco (ambas em Sento Sé) descritas por Martins-Costa.

Antes do início da temporada de pesca, cada “corpo de rede” ia até a lagoa limpar o local de sua futura *rancharia*. Os camponeses tendiam a escolher os mesmos locais dos anos anteriores. A preferência era por sítios onde houvesse árvores frondosas, pois dormiam ao relento, sobre esteiras. (1989, p. 165, grifos do autor)

Enquanto os homens faziam a “botada da rede”, as mulheres

¹² Senhor Manolo (nome fictício). Entrevista concedida à autora. Casa Nova, Bahia.

limpavam e salgavam o peixe. As crianças um pouco maiores ajudavam as mães no “trato do peixe” ou exerciam atividades de caráter doméstico, imprescindíveis durante a permanência na beira das lagoas e no sucesso das pescarias. De acordo com senhor Manolo, as mulheres especialmente contratadas para a limpeza dos peixes, dependendo do acordo pré-estabelecido, recebiam, às vezes em dinheiro, e, às vezes em produto. Estas vendiam a parte que lhes cabia na beira da própria lagoa, aos proprietários das redes ou aos inúmeros atravessadores, que aportavam às lagoas provenientes de diferentes lugares.

Manolo conta também que durante as pescarias seu trabalho era redobrado, pois a todo momento ficava recebendo dos “corpo de rede” a parte que cabia à fazenda. Em seguida tudo era anotado para a prestação de contas ao fazendeiro. O volume de peixe que a fazenda recebia, segundo ele, era muito grande.

Até um período que não sabe precisar, Manolo diz que os peixes eram “tratados” (limpos), secados, emprensados e salgados na beira mesmo das lagoas. Em Pau-a-Pique (Casa Nova) eram enfardados e vendidos para atravessadores provenientes de Juazeiro (Bahia). Tempos depois, chegaram às *beradas* das lagoas cearenses e sergipanas em carros e equipados com “caixas de gelo”, comprando o peixe fresco e remetendo-o aos centros consumidores de seus locais de origem.

Enquanto os *beraderos* se dedicavam à atividade pastoril, através da criação de um pequeno rebanho, a pecuária extensiva, de modo geral, era explorada pelos latifundiários. No município de Casa Nova, Sandroni constatou a existência de grandes propriedades “que se estendiam de uma ‘testada’ de vários quilômetros de rio para outras tantas no interior da caatinga”. (SANDRONI, 1982, p. 52)

Proprietários absenteístas que viviam nas cidades da região, na capital do estado da Bahia ou até no Distrito Federal (Rio de Janeiro, à época) — como era o caso do proprietário da Fazenda de Fora —, aliás, uma das poucas propriedades tituladas em toda a região que daria lugar ao Lago de Sobradinho.

O senhor de terras e de gado na região do Médio São Francisco é, em geral, um habitante das cidades marginais. Cidadão respeitável, honesto e digno, o seu prestígio entre os membros da comunidade cresce paralelo ao número de cabeças de seus rebanhos e à extensão de seus latifúndios. É comum a existência de fazendas que medem uma légua ao longo da margem do rio por uma extensão de fundo, a bem dizer ilimitada, de vez que cercas não existem e as divisas são precárias [...] Vivendo, não obstante, mais nos pequenos centros urbanos do que propriamente nas fazendas, ficam entregues aos capatazes e vaqueiros. (MACEDO, *Apud* MARTINS-COSTA, 1989, p. 133)

Nesses latifúndios, além do administrador da fazenda e dos vaqueiros, viviam dezenas de agregados que, uma vez cientes de suas obrigações de reciprocidades para com o fazendeiro, raramente eram molestados por estes. No entanto, eram submetidos a algumas restrições, razão pela qual recebiam dos demais *beraderos* o epíteto de *cativos*.

Em geral, o proprietário absenteísta só aparecia na fazenda de ano em ano; assim, toda relação com trabalhadores e agregados era mediada pelo administrador ou capataz. Em relação a esse aspecto diz senhor Manolo — ex-administrador da Fazenda de Fora —, cujo proprietário A. Mariani vivia no Rio de Janeiro:

Tudo era comigo. Eu mandava e desmandava na Fazenda. Todo dinheiro que a gente recebia da renda da fazenda ponha no banco, depositava pra ele. A fazenda tinha com que fazer dinheiro, não precisava tomar dinheiro a ele. Ele não mandava nada, não. Ele vinha aqui uma vez por ano. A gente prestava conta. Somava a entrada e a saída. Era uma gente tão boa, que a senhora não queira nem saber de labutar com eles. Era um homem que confiava na gente. E quando chegava achava tudo de acordo. Eu tenho saudade de me apartar dele.

A título de pagamento, senhor Manolo, além de uma percentagem sobre as cabeças de reses nascidas (ele não esclarece a

proporção) recebia quantia anual que também não sabe precisar. Ambas eram complementadas pelos “muito direitos” que usufruía sobre os produtos explorados na Fazenda. Ele diz: “Eu comia por conta da Fazenda”. Confessa também que, além do leite que era dividido com os setes vaqueiros que a fazenda possuía, parcela dos pescados das inúmeras lagoas situadas nos limites da fazenda era revertida em seu favor e que tinha livre acesso à madeira e à lenha. “Minha senhora, eu tinha tudo dentro daquela fazenda: tinha peixe a vontade, tinha queijo, tinha requeijão, manteiga de garrafa, tinha carne de boi, tinha carne de carneiro, tinha caça.” Tudo indica que somente os valores obtidos a partir do comércio dos produtos de exportação (gado em pé, peles, pescados secos e cera da carnaúba) eram remetidos ao fazendeiro.

O papel desempenhado por senhor Manolo na Fazenda de Fora pode não ter sido padrão, mas sinaliza que os administradores e ou capatazes das fazendas, dos inúmeros proprietários ausenteados sanfranciscanos, tinham grande poder, exercendo, às vezes, o papel de patrão. E seu poder era tanto maior quanto mais confiança o fazendeiro neles depositasse. O ex-administrador tinha enorme prestígio entre agregados e trabalhadores avulsos da Fazenda de Fora, atestado pelo fato de ter, segundo afirma, mais de uma centena de afilhados entre os antigos povoados de Pau-a-Pique e Bem-Bom.

Frequentemente, senhor Manolo menciona a bondade e a liberalidade do proprietário da referida fazenda em relação aos seus funcionários e agregados, fato, aliás, atestado por vários ex-agregados da Fazenda de Fora entrevistados. Mas, senhor Geraldino — também ex-agregado da mesma fazenda — chama atenção para um aspecto importante que marcava a relação de agregacia nos sertões sanfranciscanos: além da obrigação de prestarem o “cambão” e de jamais se negarem a trabalhar na extração da cera da carnaúba, aos agregados somente era permitida a construção de casas de pau-a-pique coberta de palha de carnaúba e a criação de umas poucas cabeças de gado bovino. Daí, receberem dos *beraderos libertos* a denominação de *cativos*, conforme salientado.

Não menos importante para a felicidade *beradera* era a cha-

mada “cultura do catado”. Na acepção de Antônio Guerreiro de Freitas, ela abrange um enorme leque de atividades.

Toda essa população vivendo, enfim, em torno do que eles próprios definiam como o “catado”, no caso, o oposto da especialização: uma multiplicidade de produtos agrícolas, uma pecuária de pequeno porte e seus derivados, além da atividade extrativa, com destaque para a exploração da cera de carnaúba. Claro, sem esquecer tudo que pescavam nos rios, sendo que, em várias localidades, o beneficiamento (salga de peixes) era atividade sempre presente (1999, p. 63).

Estritamente entre as pessoas por mim entrevistadas, “a cultura do catado” guarda correspondência com as atividades coletoras, diferenciando-se, portanto, da agricultura e da pesca.

No caso específico da área em estudo, a atividade do “catado” compreendia a exploração das palmáceas: carnaúba (*Copernicia cerifera*), da maniçoba (*Manihot glaziovii*) e da mangabeira (*Hancornia speciosa*), além do caroá (*Neoglaziovia variegata*) — fibra muito utilizada na fabricação artesanal de redes, como visto acima — e de plantas silvestres e do mel de espécies variadas.

De enorme importância comercial, a extração da cera da carnaúba e do látex das borrachas silvestres (maniçoba e mangabeira) eram atividades fortemente controladas pelos grandes fazendeiros e estes não tinham pejo em açambarcarem terras públicas (desconsiderando direitos de posseiros) e ou de se estenderem até as “extremas” de outras fazendas, visando ampliarem seus negócios. Aliás, muitas das disputas verificadas no Vale do São Francisco, especialmente na região em Pilão Arcado (Bahia), foram motivadas pelo controle das áreas de incidências desses importantes produtos comerciais.

A área de incidência da palmácea, segundo Rêgo: “Limita-se o habitat da carnaubeira às vazantes e veredas da bacia média até a altura da Lapa”. (1945, p. 225). A semelhança da extração do caroá, a coleta da palha da carnaúba era uma ocupação temporária.

Em Pesqueira [Xique-Xique], o apanhador de palha ou “palheiro”, como é chamado, é geralmente pescador do rio ou da lagoa próxima ou lavrador de pequena roça durante a maior parte do ano. Embora não seja sempre conveniente ao morador de uma fazenda de carnaúba trabalhar como “palheiro”, as expectativas costumeiras tornam-lhe difícil recusar auxiliar tal trabalho quando solicitado a tanto pelo fazendeiro. Em diversas fazendas, a colheita da cera é contratada pelo dono com a pessoa que arranja um capataz para fiscalizar o processo. Na conformidade do sistema empregado, o capataz concorda em comprar aos trabalhadores, por determinado preço, a cera recolhida e a dar ao dono ou arrendatário da propriedade metade dos resultados. (PIERSON, v.2, 1972, p. 309)

Ao agregado não era permitida a recusa em extrair a cera da carnaúba, independente de qualquer alegação e este, em geral, trabalhava em parte, a meia, e, em parte, pagando o “cambão” e poucas vezes recebia salários.

O ex-administrador da Fazenda de Fora rememora a labuta na fazenda em termos bastante simpáticos, ressaltando, uma vez mais, a bondade e a liberalidade do fazendeiro absentéista. Mas reconhece que a renda da exploração do carnaubal era exclusivamente do proprietário. Ele dá detalhes da pronunciada divisão sexual e social do trabalho existente nos carnaubais e como se dava a coleta e o processamento da palmácea.

A carnauba era obra da natureza. Caía muito mesmo, mas nascia também muita fruta. Chega, ficava aquelas penca. O gado comia as frutas. Ela era verde e quando madura fica preta. Madurou, cai. A cera era da palha. A palha, botava um homem com uma vara alta, até de se admirar. Varona, aquele mundo de vara. A palha tinha um cortado, na frente. Tinha um ajuntador que vinha atrás; tinha o desenganchador (porque às vezes, a palha enganchava nos paus); tinha o molhador, que molhava ela pra levar pro ponto de secar. Tinha o ponto de secar, todo forrado na areia. Tinha um talhador, que ficava com a narvalha pra cortar. E ali, espalhava a [palha] no terreiro com o máximo de cuidado. Três dias tava seca. Uma palha

não dava uma colher de pó. O pó a senhora podia chegar com um saco de pó, jogar assim, assoprar, e não vinha cair nada. O vento carregava tudo e não caía nada no chão. Era coisa muito pouca. Era tão maneirinho e fino que chega escorregava, brilhava, o pó. Tinha que tirar com o máximo de cuidado. Era um mundo de gente, 70 a 80 pessoas trabalhando. Tinha que carregar duas três palhas, se carregasse mais, 10, por exemplo, derramava o pó. Perdia o pó. Rasgava aquela palha bem fininha e batia no cacete. As mulheres ficava branca, branca, branca. A cera de carnaúba era tão perfeita que... que... tem ela aqui guardada, encontra ela perfeita. Não estraga, não! Nós apurava aqui. Fazia o “bolo”. Era mais quente do que fogo. Nós fazia nuns tacho grande. Botava no tacho pra derreter e depois coava pra tirar o bagaço da palha. Em três dias, ela tava fria. As mulheres quando tava passando roupa pegava ela e passava na roupa pra dar o brilho. A roupa ficava engomadinha. Depois que secava, quebrava. Ela já ia todo quebradinha no saco.¹³

Concluído o processo, o produto beneficiado era enviado para Juazeiro e de lá seguia para Salvador, tomando o caminho do exterior.

Pelo visto, nas *beradas* sanfranciscanas a divisão do trabalho era presente em todas as atividades. Nas atividades agrícolas, geralmente, cabia aos homens limpar a terra e fazer o plantio de algumas culturas, cabendo às mulheres as tarefas relativas à colheita e ao armazenamento dos produtos. Na pecuária, a divisão era mais acentuada: ao homem cabia o manejo do gado, cuidar do rebanho e tirar o leite; às mulheres e aos filhos menores cabiam as lides com as criações “miúdas”; em períodos de seca, mulheres e crianças cortavam capim e preparavam a exígua forragem que mantinha de pé o rebanho enfraquecido. Nas atividades extrativistas, de fundo comercial, o caso do caroá, por exemplo, homens e mulheres cortavam a planta e teciam os fios, cabendo

¹³ Senhor João Evangelista (nome fictício). Entrevista concedida à autora. Serra do Ramho-Bahia.

ao homem a fabricação ou trançagem da rede, objeto de importância fundamental para a pesca artesanal, típica das *beradas* sanfranciscanas. Na extração da cera da carnaúba, como visto pouco acima, os homens se dedicavam ao corte da palha e mulheres e crianças enfeixavam-na, retirando da mesma a cobiçada cera. Homens, mulheres e crianças trabalhavam na cultura do algodão. Os homens, além de cultivar a terra, gerenciavam as atividades, cabendo às mulheres e às crianças a coleta das fibras.

As *farinhadas* e as pescarias constituíam momento de trabalho, de folguedos e de intenso convívio social. Em suma, eram os raros momentos de lazer e de encontro dos jovens *beraderos*, de suas relações de sociabilidade. O caráter festivo das *farinhadas* e das pescarias atraía os jovens, propiciando contato entre rapazes e moças casadoiras, abrindo a possibilidade para que os espaços das “oficinas” e das lagoas funcionassem como locais do *foot*, típico das cidadezinhas provincianas. Enquanto os trabalhos varavam a noite, a aguardente e as cantorias “rolavam soltas”, para deleite dos enamorados, dos futuros casais e de “velhas e velhos festeiros”. Nesses momentos de trabalho e de convívio social (SIQUEIRA, 1992, p.123), contavam-se histórias assombrosas, piadas, fuxicos, recitavam-se versos e cantavam-se modinhas e cantigas de trabalho, típicas das *farinhadas* dos *beraderos* sanfranciscanos:

Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! diá
Agora vem Deus amém, chega colega pra cá
Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! diá
Agora de Deus amém, capim lelê, meu bem, capim lelê, oh! diá
Pra que falar minha gente, venha ver quem está cantano
Capim lelê meu bem, capim lelê, oh! diá”.¹⁴

Além do rio, o espaço fixo de referência organizacional, diga-

¹⁴ D. Elvira (nome fictício). Entrevista concedida à autora. Serra do Ramalho, Bahia.

mos assim, e de relações de sociabilidades do *beradero* era o povoado ou a “currutela” (pequeno aglomerado urbano que reúne algumas poucas casas). Unidade de aglomeração mínima, os povoados *beraderos* eram (e são) por excelência, o espaço do viver o tempo social e local de concentração das famílias dispersas entre as *beradas* e as *caatingas* (SIQUEIRA, 1992, p. 134). Eram nestes espaços que travavam contatos com agentes do Estado e experienciavam relações de sociabilidade das mais variadas. Nestes povoados que se encontrava a capela — na qual se venerava o Santo Padroeiro — e um pequeno comércio, compreendendo a feira-livre semanal (onde os *beraderos* vendiam o pequeno excedente) e as chamadas vendas — estabelecimentos comerciais não especializados, que funcionavam como ponto de referência dos povoados sertanejos.

Além da capela, do pequeno mercado municipal — no caso em que o povoado era sede de distrito —, da feira-livre semanal e das vendas, às vezes, o povoado era dotado de uma escola de primeiras letras, aliás, um dos poucos equipamentos urbanos que marcavam a presença do Estado naqueles povoados distantes e pobres. Eram nestes povoados *beraderos* que as inúmeras barcas aportavam, levando e trazendo passageiros, mercadorias e as novidades dos centros regionais.

As descrições dos povoados *beraderos* submersos pela Represa de Sobradinho pouco diferem do exposto acima. Nas entrelinhas das entrevistas, percebe-se o desejo de salientar a grandiosidade de seu povoado e de frisar sua importância, realçando aspectos de sua pretérita riqueza e abundância.

Os muitos *saberes* e *fazer*s do *beradero* sanfranciscano não se resumiam aos *mundos do trabalho*. Os festejos e as práticas religiosas chamam a atenção dos pesquisadores e evidenciam um modo muito particular de viver e de se relacionar. Muitos *beraderos* tinham em suas casas um quarto reservado para as práticas religiosas. Eram nessas rústicas capelas particulares que dispunham os santos, aos pés dos quais realizavam rezas e ladainhas, manifestações das mais importantes da religiosidade popular. Eram nesses espaços que faziam pedidos de toda ordem, juravam pro-

messas e escondiam os “santos castigados”, quando por uma razão ou outra, este não faziam chover ou casar a jovem quase “solteirona”, temerosa de “cair no barricão”. Eram dali que partiam as procissões em homenagem a São Sebastião e se faziam, noites a fio, os adereços utilizados na Dança de São Gonçalo, manifestação religiosa e de sociabilidade das mais cultivadas em todo o Vale do São Francisco. “A dança de São Gonçalo era um espetáculo bonito de se apreciar. Hoje? Nem se compara. Mudou mutcho. Ta tudo mudado. Dão até as costas pro santo. No meu tempo não podia, não Era tudo num regime só!”¹⁵

No tempo ao qual se refere a entrevistada, o rio São Francisco corria solto margeado por suas vazantes e cortado por ilhas que tudo dispunha aos *beraderos*; ele era o eixo espacial, a principal referência social e cultural dos sanfranciscanos das barrancas. Após as várias intervenções do Estado no Vale, em geral, voltadas para a geração de energia, o Rio São Francisco perdeu grande parte de sua função social, transformando-se num rio para o capital. A afirmação de que a Transposição do Rio São Francisco representará a morte do Velho Chico pode ser questionável, mas não há como negar que a grande obra será o golpe de misericórdia à condição *beradera* de vida.

Referências

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1990.

BRITO, Gilmário Moreira. *Pau de colher: na letra e na voz*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1998.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural (Primeira parte). Salvador: *Caderno do Ceas*, Salvador, (181), maio/junho de 1999.

_____. Oeste da Bahia: Formação Histórico-Cultural (Segunda Parte). *Caderno do Ceas*, Salvador, (182), julho/agosto de 1999.

LINS, Wilson de Albuquerque. *O médio São Francisco. Uma sociedade de pastores guerreiros*. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983. (Coleção Brasileira).

MARTINS-COSTA, Ana Luisa B. *Uma retirada insólita: a representação camponesa sobre a formação do lago de Sobradinho*. 1989, 257f, Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.

MARTINS-COSTA, Ana Luisa & DAOU, A.M.L. *A construção do Social pelas águas: notas sobre o Manual de Impactos Ambientais da ELETROBRÁS* (mimeografado). Rio de Janeiro, Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989. MARTINS, José de Souza. *Sociabilidade do homem simples*. 2ª. ed., São Paulo: Contexto, 2008

NEVES, Frederico de Castro. Economia moral versus moral econômica (ou: o que é economicamente correto para os pobres?). *Projeto História*. São Paulo (16), Educ, p. 39-57, fevereiro de 1998.

PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco, Tomos I, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro*. 2ª, ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1976.

RÊGO, Luiz Flores de Moraes. *O Vale do São Francisco*. São Paulo: Editora Renascença, 1945.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 7ª. ed., São Paulo: Editora Itatiaia/EDUSP, 1982.

SANDRONI, Paulo Henrique Ribeiro. *Sobradinho: sertão e diferenciação*. 1982, 137f, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1982.

SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e ventura camponesas: trabalho, cotidiano e migração*. São Paulo: Annablume, 1998.

SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. *Comunicação*, Rio de Janeiro (9), Museu Nacional, 1987.

SIGAUD, Lygia & *et al.* Expropriação do campesinato e concentração de terras em Sobradinho: uma contribuição à análise dos efeitos da política energética do Estado. *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1987.

SQUIERA, Ruben Alfredo de. *Do que as águas não cobriram. Um estudo sobre o movimento dos camponeses atingidos pela Barragem de Sobradinho*. 1992, 326f, Dissertação (Mestrado), Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1992.

THOMPSON, Edward. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 1994.

ZARUR, Jorge. *A bacia do médio São Francisco (uma análise regional)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1947.

Recebido em março de 2009
Aprovado em abril de 2009